



MINUTA DA ATA N.º 34/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas 20H30, no Auditório da Escola Secundária do Monte de Caparica, sito na rua 25 de Abril, na Freguesia de Caparica em Almada, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia (continuação ...)

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2022”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2022”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Demonstrações Financeira e Orçamentais – ano de 2022”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2023”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2023 e Anos Seguintes (SMAS)”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências área da saúde – Proposta de assinatura de Auto de transferência”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na Avenida 23 de Julho, Laranjeiro”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento do Abastecimento de Águas e do Saneamento de Águas Residuais Domésticas e Industriais”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardo (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Luis Daniel Valverde Jacinto (CDU), Inês Pezarat Bom (BE); Karim Hassam Quintino (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luisa Maria Galvão (PS), José António Lino Craveiro (PS) por impedimento de Catarina Isabel Paulino (PS); António Paulo Júnior (CDU), Fernanda Balbina de Oliveira Duarte Leitão (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António José Olaio da Silva (CDU); Maria Teresa Morato Rodrigues Cardinho (CDU), Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro (CDU), Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU), Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU), Augusto Máximo Flor (CDU) e Mário Bruno Ferreira Pinheiro Magalhães (CDU); Nuno de Avelar Pinheiro (BE) por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE) e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE), João Barbosa Carvalho (BE) por impedimento de da Cidadão Senhor Nuno de Avelar Pinheiro (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos; o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, José Ricardo Martins (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Quintino, o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, Pedro Miguel Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Vitor Miguel Pereira Lourenço.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, da Senhora Vereadora Maria das Dores Meira, do Senhor Vereador António Matos, do Senhor Vereador José Luís Bucho e da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Patrícia Correia e Sérgio Carvalho.

5.1.1 – A Senhora Múnicipe Patrícia Correia:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É a primeira vez que estou aqui neste local a falar sobre o nosso Município.

Portanto, o meu tema que trago aqui hoje é sobre graffitiis.

Eu sou uma cidadã portuguesa, vivo recentemente em Almada, há cerca de 2 anos, vivi 10 anos em Madrid, o meu marido nasceu e vive cá, e eu desde que estou cá, que me tenho vindo a aperceber da quantidade de graffitiis que existem na nossa localidade. Nomeadamente, onde eu vivo que é no Bairro da Nossa Senhora da Piedade, na Cova da Piedade. Eu não sei se todos os presentes conhecem a Cova da Piedade, eu falo com diversas pessoas, com diversos vizinhos meus, que são bastante mais velhos do que eu, falo-lhes da questão dos graffitiis e a pergunta é: “existe graffiti?” As pessoas estão tão habituadas a ver a mesma imagem, que já não se apercebem que existe de facto, um problema que é a poluição. É uma poluição de imagem. Eu própria tenho 2 filhos e muitas vezes tenho que fazer diferentes caminhos com eles, para eles não estarem expostos a determinadas imagens e palavras que existem nas ruas.

Portanto, eu faço aqui um apelo para, primeiro gostava muito e em nome de muitas pessoas, que esta situação possa ser resolvida. E a pergunta que me leva aqui a fazer hoje é que planos é que existem para este fim e que medidas é que podem ser tomadas para este fim, de forma em conjunto, conseguirmos solucionar este tema porque de facto, é algo tão básico, nós conseguimos viajar por tantos sítios e já não se vêm estas lacunas, isto é algo que considero básico.



Portanto, como eu disse no início, é a primeira vez que eu aqui venho, é a primeira vez que eu estou a fazer uma intervenção participativa enquanto cidadã e gostava muito de ajudar e de ser ajudada, em nome dos cidadãos da Freguesia.”

5.1.1 – O Senhor Município Sérgio Carvalho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou o marido da Ana Patrícia Correia, também é a minha primeira intervenção. Eu vivo em Almada desde que nasci, tivemos 10 anos fora e regressamos há 2 anos. Nós moramos no Bairro da Nossa Senhora da Piedade, que é um bairro dos anos 50 para quem não conhece, é um Bairro muito típico, muito castiço, é quase um paraíso dentro da Cidade de Almada rodeado por esta floresta de prédios.

Mas para ser paraíso precisa ainda de alguns afinamentos, é um bairro que sempre foi de pessoas trabalhadoras, pessoas que originalmente eram do Alfeite, da Lisnave, e que o longo dos anos foram passando e foram herdadas e foram vendidas as casas e neste momento começa a haver pessoas que vão recuperando essas mesmas casas. Dentro do Bairro nós temos alguns problemas, um deles a Patrícia indicou, o outro dos problemas que eu gostaria de trazer aqui é a questão do estacionamento. O estacionamento e circulação automóvel. As ruas do Bairro são muito estreitas, são ruas que foram construídas quando ainda nem havia carros, e essas ruas não comportam a quantidade de carros que as pessoas hoje em dia utilizam. Existem algumas alternativas, algumas sugestões que nós podemos dar, em nome dos cidadãos e algumas delas passam por rever o sentido do trânsito naquelas ruas, sobretudo nas ruas mais largas, não são muito largas, mas que alguma capacidade comporta. Hoje em dia nós temos as pessoas invisuais, as pessoas mais velhas, as pessoas com carrinhos de bebe que eu vejo todos os dias, a andarem na estrada porque os passeios estão completamente ocupados, os carros estacionam completamente em cima do passeio sem deixar margem para qualquer pessoa passar, e, portanto, é uma situação que não só é decadente em termos de estacionamento como é perigosa. Porque temos o Centro do Padre Ricardo Gameiro, temos a Igreja, temos o Largo, situação onde há pessoas idosas e pessoas com bebés a passearem todos os dias e que tornam fisicamente impossível ter uma vida de bairro. Eu acho que o problema se agravou desde que houve Regulamento, bem feito, do trânsito, do estacionamento, nas ruas adjacentes, na rua Dr. Alberto Araújo, por exemplo, e quando essas ruas foram reguladas, tudo o que era carro que aí estacionava em que as pessoas deixavam de manhã para se dirigirem para o trabalho em transportes públicos, todo esse estacionamento passou para o Bairro, que é a zona limite de estacionamento livre. Portanto, sendo estacionamento livre há muito aproveitamento dessa situação. É um caso que gostava de trazer aqui e que agradecia que ficasse notado.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar dizer à múnice Patrícia Correia bem-vinda, acho que os que vêm para cá morar apercebem-se de facto, da particularidade de Almada, é sempre bom também ouvir falar de uma zona de Almada, confirma-se como pequenos paraísos e aí o Senhor Vereador sabe bem do que estão a falar.

Relativamente muito brevemente em relação aos graffitis. Eu acho que é muito importante fazermos a distinção entre aquilo que é graffiti e aquilo que são as assinaturas as pichagens e que de facto, provocam uma imensa poluição visual. Nós temos lançado empreitadas de limpeza de prédios, isto é uma coisa que também temos que ver com a associação dos proprietários e com os vários proprietários porque tem que haver aqui uma responsabilidade partilhada. Eu não tenho dúvida de que tem de haver fiscalização, mas também sabemos por outros exemplos e por outras cidades que é sempre bastante ineficaz, porque é quase incontroável, tem que haver um cuidado de irmos limpando e a Câmara Municipal está disponível para chegar a um acordo até com os proprietários para irmos limpando a nossa Cidade. Eu acho que a forma como se resolve é criando verdadeiros espaços de graffiti e de arte pública, que é aliás, algo que também temos criado e incentivamos, por exemplo, não muito longe, tem ali na Romeira, aquele espaço lindíssimo com desenhos muito bonitos, com obras muito



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

bonitas e queremos de facto poder lançar e já lançamos algumas, até aquele no Centro Sul, foi alterado, mas a arte pública também pode ser renovada, pode ser reinventada e é bom que tanto os espaços disponíveis, as paredes disponíveis, tanto do ponto de vista municipal, mas também nalguns casos até, de prédios privados, possam ser disponibilizados. Eu quero dar nota também, do imenso respeito que existe entre os vários artistas de arte pública e acho que Almada, até pelas suas características urbanísticas, pelo o peso da sua história que se sente nas nossas ruas, é uma Cidade profundamente moderna, com este seu crescimento mais inorgânico, é verdade, mas acho que reabilitando o espaço público, reabilitando a envolvente, há uma espécie de pacto entre todos, no bom sentido e para melhorar.

Aliás, é isso que nós temos notado, várias vezes, até no Jardim da Cova da Piedade, quando nós lançamos a obra de reabilitação do Jardim, toda a gente dizia que ia ficar destruído ao fim de 15 dias, já lá vão 5 anos e o Jardim continua sem ser destruído, porque naturalmente ninguém destrói aquilo que ama.

Portanto, se o espaço estiver cuidado, se houver esta requalificação do espaço pública, eu acho que há um entendimento entre todos e as pessoas também cuidam melhor do seu espaço público.

Agora, é verdade, eu sou a primeira a lamentar muitas pichagens e assinaturas, e faz parte e temos que ir fazendo o esforço para ir limpando e também usar pinturas que agarrem menos que sejam menos difíceis de limpar, até na esperança de facto, que os vários artistas possam ser dirigidos para os espaços de arte pública do qual Almada muito se orgulha e não apenas uma assinatura assim de passagem. Eu acho que deve haver um acordo da gestão da cidade com aqueles que são de facto os artistas que ocupam o espaço público e bem.

5.2. – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo ao Senhor Sérgio Carvalho, nós somos vizinhos porque eu também moro no Bairro da Nossa Senhora da Piedade, e dizer que me revejo em muito daquilo que disse, não só por um lado naquilo que é a qualidade de vida que ali temos no Bairro da Piedade, digamos que é uma ilha em toda a zona urbana, na selva urbana que existe à volta e dizer que depois aqui a parte do estacionamento ou da mobilidade tem alguns problemas.

Eu diria que há aqui duas dimensões de atuação. A primeira dimensão, falou e bem, que são as zonas de estacionamento regulado, nas ruas limítrofes ao Bairro, portanto aquilo que se está a fazer e nós estamos já em fase final, de revisão do Regulamento e Estacionamento e Mobilidade do Concelho de Almada, e, portanto, aquilo que pretendemos, já houve o período de consulta pública que já terminou, estamos em fase final de elaboração do relatório depois vir novamente a esta Assembleia Municipal e a haver uma discussão final e a aprovação. O que é que se pretende? É estender o Regulamento a todas as zonas da Cidade. Ou seja, concretamente, o Bairro também ficará como zona de potencial estacionamento regulado.

Segunda dimensão de intervenção. Aqui uma dimensão de mobilidade que é, é preciso depois a devida sinalização dos lugares seja para residentes ou visitantes, depois a afinar. Mas diria que seja a parte do regulamento para que haja também uma possibilidade da WEMOB atuar, seja depois uma sinalização efetiva daquilo que são lugares e o que é que não são lugares, sabemos também muito o estacionamento totalmente desordenado, que existe e que não há neste momento capacidade para atuar porque esta zona não é abrangida pelo Regulamento.

Uma nota final, dizer que a WEMOB, a empresa de estacionamento, neste momento pelo Regulamento não se aplica, só consegue atuar em situações muito críticas, quando há por exemplo, um carro a bloquear uma garagem, a remoção de veículos em fim de vida, isso tem sido feito ali no Bairro.

Portanto, há aqui estas duas dimensões de atuação e a primeira está já em fase final e, portanto, dependerá também da aprovação desta Assembleia Municipal.”



6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

Não havendo nada a tratar passou-se ao ponto seguinte.

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se nos pontos 3.2, 3.3 e 3.4 da agenda, relativos à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2022”, “Documento de Prestação de Contas de 2022 (SMAS)”, “Relatório e Demonstrações Financeiras e Orçamentais – ano de 2022”; (continuação ...)

7.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN), António Pedro Maco (CDS-PP), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), José António Rocha (BE), António Francisco Sagueiro (PSD), Maria Rita Magalhães (PSD) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.1.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há um ano atrás, o PAN saudava os avanços que pareciam estar a acontecer para a construção do novo Centro de Bem-Estar Animal, mas lamentavelmente, hoje vimos aqui mais uma vez lembrar que passados 5 anos desde a tomada de posse deste executivo, nem o projeto de arquitetura ainda existe.

2022 foi um ano difícil, não o negamos, a saída de um período pandémico, logo seguida de uma guerra na Europa, trazia também constrangimentos a nível das obras municipais. Mas os períodos difíceis exigem ainda mais de nós. Era necessário que o executivo e os serviços acompanhassem mais de perto o projeto para o Centro de Recolha Oficial, para que não chegássemos onde chegamos. Um ano passado e afinal o projeto não serve, estando agora novamente na estaca zero.

As crises sociais, agravadas pela subida da inflação, a crise habitacional, as dificuldades no acesso aos cuidados de saúde, os problemas na educação, devem inquietar-nos a todos. E, apesar do muito que ainda há a fazer, reconhecemos que têm sido dados passos positivos para a sua atenuação embora, demasiado lentos. A tudo isto junta-se a crise climática, aquela que é a mais silenciosa, mas que também é a mais grave. O clima a cada ano que passa, torna-se mais instável e mais hostil. Estamos em abril, mas parece que estamos no verão.

Em poucos anos, muito antes do previsto, vários lugares da terra irão tornar-se inabitáveis ou pelo menos com características climáticas muito pouco convidativas. O tempo de planos e de conferências, já passou.

Em 1896, um investigador sueco publicou o primeiro estudo sobre o aquecimento global provocado pelas emissões de CO2 derivadas da atividade humana. Passaram 127 anos, e aqui estamos a discutir o aquecimento global como se fosse uma novidade, e continuamos a fazer planos e estudos. Há muito que os planos já deviam estar feitos e em marcha. O chamado ponto de não retorno, que para alguns até já foi alcançado, tem que ser encarado com a seriedade que a situação exige. Para o PAN, nem os Governos, nem as Autarquias, estão a implementar as medidas necessárias para que este momento que atravessamos, provavelmente o mais sério e o mais grave da história da humanidade, possa ser minimizado. É a vida na terra que está comprometida. O relógio climático que foi feito pela Universidade de Coimbra, que também é uma iniciativa global, indica agora que temos 6 anos, 84 dias e 19 horas, para o ponto de não retorno.

Por tudo isto iremos abstermo-nos na votação deste documento.”

7.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatório que se discute neste ponto da ordem de trabalhos, é bem o espelho de que Almada parou no tempo. Pelo menos para aquilo que era expectável.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ao analisarem-se os documentos do ponto de vista técnico, as contas demonstram resultados equilibrados, é certo, o mesmo não se pode dizer relativamente à estratégia e à ideia ou a falta dela, que este executivo tem para Almada e para os almadenses.

Se o mandato que iniciou em 2017, com uma conjuntura totalmente diferente, com uma disposição da maioria para o diálogo, com novos protagonistas e com os almadenses cheios de esperança na novidade e nas promessas de uma Almada virada para o século XXI, ex que, já todos perceberam a diferença para bem pior no que respeita a atitude, à mudança de diálogo, a alteração de comportamentos de disponibilidade para concertar estratégias ou unir esforços, para junto se oferecer uma melhor qualidade de vida aos almadenses.

O mandato que se iniciou com esta nova maioria desde as últimas eleições autárquicas de 2021, denotam bem que algo vai mal nos Paços do Concelho, diria o povo: “mais do mesmo”. Com o novo mandato do executivo, as desilusões instalam-se e a contestação sobe de tom, as queixas acumulam-se e o povo desilude-se.

Nessa gaveta estão projetos adiados, à espera de oportunidades que mais parecem perdidas. As estratégias que há muito já deviam ter sido implementadas, como é o caso de uma verdadeira estratégia para o desenvolvimento económico e sustentado. Obras há muito adiadas, já para não falar do desastre que é o urbanismo e licenciamento, um verdadeiro martírio para quem pretende regularizar a sua casa ou investir no Concelho, onde a pilha possivelmente, de processos que continuam atolados, com muito tempo de espera para despachar.

Por exemplo, ao nível do turismo com os recursos que o Concelho tem, temos uma estratégia pobrezinha e pouco ambiciosa, limitando-se a pouco mais com a anuidade da BTL. Onde não se explora a perla do Concelho a Costa da Caparica, o abandono da Fonte da Telha e a Frente Ribeirinha que mais parece saída de um filme da 2ª Guerra Mundial.

Tudo isto sem que haja estratégia para mudar.

Senhora Presidente, olha-se para as contas através dos Relatórios, analisa-se o executado, e fica-se com a certeza de que a ambição para Almada é pouca ou nenhuma e que as oportunidades são cada vez mais perdidas.

Não é a regularidade das contas, mas sim as opções, as escolhas e os caminhos a seguir que ficam muito aquém do esperado e do desejado. É a postura da Câmara Municipal que não nos leva a não acompanhar os documentos aqui apresentados.

Os argumentos para tentar justificar a inércia e falta de capacidade para gerir convenientemente os destinos do Concelho, encontramos sempre, o empreiteiro que falhou, o Tribunal de Constas, a crise, a inflação, a pandemia, a guerra, a oposição que não colabora e é invejosa, o boicote, o legado da TROIKA, o Passos Coelho e os outros. Apesar de já levar já quase mais de 6 anos de mandato, muitas das vezes ainda se invocam os outros tal como muitas desculpas para justificar a incapacidade e a incompetência para governar Almada.

Promessas, promessa e mais promessas, propaganda atrás de propaganda, com muita fotografia à mistura, tem pautado o mandato desta maioria de Inês de Medeiros, desde outubro de 2021.

Onde ainda não entendeu o verdadeiro espírito do que é ser almadense. Para dar apenas um exemplo, a nível das promessas não concretizadas e não para turista ver, mas sim para almadense ver, ou melhor para ganhar eleições, foi o grande anúncio ao vivo e a cores, entre Inês de Medeiros e António Costa, sorridentes e de mão dada para a fotografia, naquela que era a extensão do Metro à Costa da Caparica. Senhores Deputados, nem projeto muito menos Metro.

Senhora Presidente, as palavras são incomodas e desagradáveis, é verdade, mas são inevitáveis, perante o estado a que chegamos, quase dois anos volvidos do novo executivo.

Preferíamos com sinceridade, fazer outro diagnóstico e outra conclusão, mas a persistência no afastamento da realidade, na teimosia e arrisco-me mesmo a dizer na falta de capacidade para o cargo, não deixa outra saída



que é traçar o atual cenário de falta de visão e de uma estratégia para o Concelho, fazendo Almada perder as melhores oportunidades para os outros com maior visão e com mais astúcia.

O CDS defendeu um projeto para Almada arrojado, virado para o futuro direcionado para as pessoas, com uma visão de desenvolvimento, com a participação da sociedade e dos almadenses, bem diferente do que este executivo tem para oferecer no momento. Defenderá sempre o projeto com que se apresentou nas urnas, pois almejamos uma Almada desenvolvida, rica e de oportunidades e prosperidade.”

7.1.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de tecer alguns comentários sobre os documentos apresentados

Em primeiro, destacamos o equilíbrio das contas da Câmara Municipal: elevadas taxas de independência financeira, solvabilidade e liquidez. Mesmo com o rescaldo da pandemia e a subida dos custos com fornecimentos e serviços, o facto de continuarmos a planear a CMA salvaguardando a capacidade de investimento e garantindo sempre fundos de emergência, foi e continua a ser determinante.

No entanto, o PSD entende que Almada ainda pode ser mais ambiciosa, sobretudo na capacidade de ter em carteira mais projetos de investimento, com estudos já realizados, planos de viabilidade e parceiros definidos, para que à medida que possam ser abertas candidaturas a linhas de crédito e a fundos, os possamos aproveitar e acelerar alguns processos de transformação do território. Claro que não depende só da Câmara Municipal, mas, se a Câmara os tiver em mão, mais rapidamente os pode tentar desenvolver. Vivemos num mundo em clara e rápida mudança, a União Europeia e o Banco Central Europeu, instituições conhecidas até aqui pelos seus procedimentos lentos e burocráticos, tendem a reagir cada vez mais rapidamente, abrindo financiamentos para novos projetos, de certa forma, mais intempestiva.

Se queremos que Almada funcione ao ritmo do mundo, temos de colocar o Município a funcionar a uma velocidade muito mais elevada do que aquela em que funciona hoje em dia. E uma estratégia que para nós é relevante, porque pode ajudar a multiplicar oportunidades

futuras de receita, é a captação de investimento. A capacidade de atrairmos empresas qualificadas para o concelho e sabermos acolher quem quer investir.

Há boas intenções com o Almada Innovation District, mas é importante termos instrumentos para conseguirmos atrair mais investimento e, de forma proactiva, darmos a conhecer aquilo que nos diferencia junto de quem hoje em dia investe em mais do que em bons projetos rentáveis. Os investidores de hoje investem em territórios, em marcas, em paisagens naturais, em património. Querem ver as suas marcas valorizadas por estes aspetos, o que se traduz em produtos diferenciadores, em empregos qualificados e fixação de famílias dinâmicas e criativas.

Sobre o Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2022, a situação financeira garante capacidade de investimento e de resposta a imprevistos, registando-se o maior nível de investimento em sete anos. Isto permite continuar a garantir a qualidade do serviço prestado, a digitalizar os processos de trabalho e, consequentemente, a melhorar o contacto com os almadenses. O SMAS é acima de tudo um servidor público, que consegue conjugar o serviço público com o equilíbrio financeiro, mesmo enfrentando custos com energia e gás sem precedentes. Apesar do relatório já demonstrar alguns avanços, o PSD pretende que se intensifique o trabalho de controlo de perdas de água. Vivemos num planeta com recursos escassos, enfrentamos e continuaremos a enfrentar a seca e salvaguardar os interesses dos almadenses é também salvaguardar o seu futuro sustentável.

Relativamente à Wemob, apesar das posições que são conhecidas do PSD relativamente a esta organização, destacamos a recuperação financeira da empresa depois do período da Pandemia, a retoma do programa dos veículos em fim de vida e a modernização e digitalização dos serviços prestados aos munícipes. Existindo, deve facilitar a vida às pessoas e não a dificultar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A contínua procura por avenças em parques de estacionamento, registando-se até listas de espera, indica que os almadenses procuram participar na resolução do problema do estacionamento “selvagem”. No entanto, a oferta, apesar de ter aumentado e se diversificado ligeiramente, continua a ser insuficiente para fazer face à procura. Sabemos que em 2022 a situação financeira da empresa ainda era frágil, mas usando este relatório como ferramenta de trabalho, é claro que continuar a criar parques de estacionamento para avenças é um caminho com retornos muitos positivos a todos os níveis.”

7.1.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta apresentação de contas, é uma demonstração da confusão e dos erros cometidos pelo executivo.

As baixas taxas de concretização dos projetos, são facilmente explicadas pela quantidade de propostas retiradas por erros técnicos, na sua concessão e pela apatia generalizada do executivo. Basta ver a Sessão de dia 17 de março, por exemplo, em que uma proposta de uma bolsa de estacionamento da Câmara Municipal para a Charneca de Caparica, teve que ser retirada porque até os mapas estavam errados.

A esta Assembleia Municipal, chegaram por diversas ocasiões, três ou quatro documentos, tivemos que aceitar fora de prazo e alterações dos mesmos feitas em cima da hora, porque o executivo os produziu originalmente com erro.

Demonstram-se a confusão e o desnorte mais uma vez, nesta última reunião de Câmara dia 24, sendo convocada sem que a documentação fosse entregue aos Vereadores com 48 horas de antecedência obrigatórias.

Este executivo esperou até à última semana do mês de abril, precisamente pelos últimos dias, no último dia, para realizar a reunião onde efetua a Prestação de Contas. Passados seis anos do executivo PS e PSD, só no último dia possível conseguem apresentar as constas.

Quando confrontados por um Vereador do porquê de entregam documentos prontos desde o meio de abril, só hoje, só no dia 24, a resposta foi: “não sei”, é este o método.

Ao longo de todo o ano culminando num espetáculo de disponibilização a esta Assembleia Municipal, de documentos oficiais no dia da sua própria votação. Numa violação gritante do Regimento que regula esta casa, com um total desrespeito por este Órgão fiscalizador.

Tudo isto, com o apoio e conivência do PS e PSD, que juntos branqueiam todas as irregularidades praticadas na Assembleia e na Câmara Municipal.

O Relatório do Sol da Caparica, levou seis meses a ser feito. Todos os problemas ocorridos nas imediações do mesmo e sentidos pela população, foram ignorados e não constam lá. Ignorados como foram os almadenses.

Na construção do projeto da TML, cuja percentagem real da atual cobertura de rede, continua a não ser conhecida, apesar das nossas muitas insistências. Mas o desrespeito com que este executivo tratou os almadenses, foi sentido durante meses, praticamente paralisando a Cidade, obrigando numa altura de subida de preços dos combustíveis, a grande parte dos munícipes a usarem veículo próprio, o que pesou ainda mais no seu orçamento familiar.

Novamente, acerca desta situação, o executivo respondeu que não sabia que faltavam motoristas, que não sabia que não havia carreiras, que não sabia quais as carreiras que não iam funcionar, enfim, que não sabia quase nada do processo.

O emblemático projeto do CRO, voltou quase a estaca zero, com mais um conjunto de confusões.

Relativamente a alguns equipamentos desportivos já amplamente aqui discutidos e onde há sempre algum debate um pouco aceso, como as piscinas, a única coisa que ouvimos como desculpa do executivo, são as falhas dos executivos anteriores. Apesar de percebermos a coresponsabilidade nesta matéria, entre executivos da CDU e o executivo do PS e PSD, a realidade, é que este executivo já tem mais de seis anos, e claramente não foi capaz



de resolver os problemas e arranjar soluções o que é demonstrado pela quantidade de equipamentos fechados, e pelas situações reportadas de Legionella recorrentes no Feijó.

Em seis anos podiam ter construído uma piscina nova, os senhores nem as que têm conseguem manter a funcionar.

Não esquecendo a forma como foi gerida a vala do 2º Torrão, a informação foi durante meses fornecida a conta gotas. Em diversas ocasiões, a Câmara Municipal tentou esconder os Relatórios de 2019, onde se demonstrava que tinha conhecimento da situação, nunca aceitou assumir que esteve três anos para planear e desenhar uma solução. Agiu tarde, agiu desorganizada, quando perguntamos quantas vezes a vala foi verificada entre 2019 e 2022, de forma a garantir a sua estabilidade, tivemos uma resposta que já ouvimos algumas vezes: “não sei”.

Esta prestação de Contas demonstra o total desempenho que, daqui a alguns anos os almadenses vão perguntar o que fez o executivo de Almada de bom no ano de 2022. A resposta será obviamente, um claro: “não sei”.

7.1.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser telegráfica, responder a algumas das questões. Eu iria dividir as questões em vários tipos, há questões que são realistas e sobre as quais nós podemos debater, há questões que certamente, decorrem de informações de fontes erradas, não sei de onde vêm, mas devem ser essas forças ocultas, não sei mesmo. E depois há o delírio absoluto, há questões que são de delírio e há outras que até são de negação da realidade.

Relativamente à crítica recorrente que a Câmara Municipal nada faz e diz o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, que nós inventamos desculpas. Portanto, eu pergunto, a crise não existe? A inflação não existe? A guerra não existe? A pandemia não foi uma realidade? A ouvir o Senhor Deputado Municipal António Maco até parece que o executivo num impulso de perfídia, quase que instiga guerras pela Europa, pandemias pelo mundo para poder justificar a sua ineficácia. Quanto a isso eu já irei responder.

O abandono da Fonte da Telha, podem-nos acusar de muita coisa, de abandono não certamente, entre as notificações das construções ilegais, coisa que nunca tinha sido feita à data, até uma estrada que não foi construída sobre Duna, que é absolutamente impermeável como têm demonstrado a chuvadas, que permitiu uma regeneração dunar como nunca tinha acontecido, que retirou 450 carros dali eu acho que melhor do que ninguém os almadenses falaram e por isso estamos a meio do nosso segundo mandato.

O PSD coloca de facto, questões que são interessantes e difíceis. De facto, tem razão e sempre foi e é isso que temos estado a lançar, é para ter projetos em carteira. Agora acontece que temos sido sempre atropelados por a necessidade de desviar uma estratégia, porquê? Porque de repente, é verdade, estavam uma série de projetos em curso e surge, entretanto, a questão do PRR como sabe, com características muito próprias, muito específicas e a certa altura sim, uma coisa era termos quatro anos para fazer o projeto, ainda achávamos que tínhamos que batalhar para o Centro de Saúde do Feijó e cai uma boa notícia, têm até 2026 para construir dois Centros de Saúde e a certa altura canalizamos os serviços para começarem a trabalhar e avançar com os projetos dos Centros de Saúde.

Eu estou só a dar um exemplo. Ou seja, é verdade que nós temos que planear, mas também temos que estar à altura de nos adaptarmos aquilo que são as circunstâncias e que são circunstâncias com um prazo de urgência.

A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, eu adorava que fosse só a falta de acompanhamento dos serviços, mas não foi. O Centro de Recolha Animal, o projeto caiu não foi por falta de acompanhamento dos serviços, que muito acompanhou, aliás, como os alvéolos da Arte Xávega, foi porque do outro lado, as empresas contratadas para fazer o projeto de arquitetura não entregaram a documentação. Isso é um problema que nos ultrapassa em muito. Tivemos dois casos que foram estes, que não era os serviços não acompanharem, é que chega o final do prazo, não entrega, temos que prorrogar, ao segundo prazo não entrega e só ao fim de um tempo é podemos deitar abaixo o concurso. O segundo concurso já foi concluído, eu acho que o Júri já deliberou o novo projeto já foi adjudicado. Como deve imaginar se fosse só o acompanhamento dos serviços era mais fácil.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas não é, há de facto imponderáveis, mas eu volto a dizer, o importante é não parar, sejam quais foram as dificuldades, nós continuamos a batalhar e por isso é que as obras aparecem.

E por isso é que o Plano Climático 2030 aparece e agora já estamos a fazer já com financiamento, já para ser posto em prática. Temos um problema com o projeto da frente marítima, eu agora já denuncio porque acho escandaloso, estamos há três anos, à espera de uma resposta da APA sobre a contratação desse parecer, sendo que a Câmara Municipal já disse que pagava, se é por isso a Câmara Municipal paga o estudo. Três anos de resposta. Já foi no anterior mandato, já houve novas eleições. três anos, e a APA continua sem nos responder e sem contratar o estudo a que se tinha proposto e que foi anunciado pelo próprio Ministro quando estava escandalizado com a Fonte da Telha. Mas sobre essa questão acho que estamos entendidos.

Em relação à extensão do Metro à Costa da Caparica, ainda agora quando foi anunciado o Arco Ribeirinho Sul, o Senhor Primeiro Ministro voltou a falar dessa questão. O que é que acontece? É que contrariamente à extensão até ao Montijo e todos nós sabemos isso, a extensão do Metro não está no contrato de concessão, portanto, tanto o Governo como a Câmara Municipal, estamos a trabalhar na proposta de colocar uma adenda no contrato de concessão, sendo que o MST também está favorável, acho que agora por fim, temos um bom consenso a esse nível. Há que redefinir o trajeto e também estamos a trabalhar nisso, mas aqui também não é algo que dependa exclusivamente da Câmara Municipal, a Câmara cá está e usando aqui uma expressão que os Senhores Deputados à minha esquerda gostam muito, cá estamos permanentemente, a reivindicar à Administração Central, que cumpra uma promessa lembrando aliás, e bem, que de facto, tenho um filme como uma promessa, e, portanto, como devem imaginar, eu gosto muito de filmes e guardo-os com muito carinho.

Depois temos o delírio. Há coisas que são absolutamente delirantes e eu já estou habituada às intervenções do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, são realidades alternativas, não vou qualificar, não faria a indelicadeza como foi feito com o Senhor Deputado Municipal João Eixa relativamente à idade, mas uma coisa é certa, é que há realidades alternativas, há aqui algumas confusões.

A grande questão sobre a distribuição do IRS, eu só não sei se é desconhecimento, mas tendo a CDU uma grande experiência autárquica, penso que não é, não acredito que seja má fé, a única entidade que pode responder à pergunta da CDU chama-se Autoridade Tributária, nós reenviamos a pergunta. Eu pergunto se a CDU já perguntou à Autoridade Tributária? Se a Autoridade Tributária não nos responde a nós, talvez vos responda a vós. Agora, estar a acusar a Câmara Municipal de dar uma informação que naturalmente a Câmara Municipal não tem, porque a Câmara Municipal não tem os dados pessoais das declarações de impostos. A CDU sabe isso. Mas está muito empenhada, agora juntou-se ao CHEGA para achincalhar as estruturas democráticas, aliás, a votação de ontem penso que foi clara.

Depois, não somos megalómanos. Acho maravilhoso, ontem foi abordado o PER o minino que se pode dizer é que não, Almada de facto não foi megalómana, porque em 2017, ainda hoje recuperei um artigo que saiu na Lusa, em 2017, era a própria Câmara Municipal, então liderada pelo Senhor Deputado Joaquim Judas, que assumia que só tinha executado 53% do PER. Isso são declarações da Câmara Municipal. Portanto, havia 2400 agregados familiares, só fizeram 1400, faltava mais uns 1017, ou 1021. Portanto, foi à risquinha que cumpriram 50%, e quando nós olhamos nesse artigo o PER no seu bolo geram em 2017, tinha uma execução de 97%, em contrapartida Almada tinha orgulhosos 53%. Agora, o problema é que quando nós chegamos em 2017 também, houve um levantamento, e o levantamento é que em 2017 Almada tinha mais de 3000 famílias carenciadas. Portanto, a herança da CDU na habitação é esta: é tiveram o PER não o cumpriram e no final destes anos todos do PER conseguiam ter mais famílias a necessitar, tudo levantamentos feitos pela própria CDU, que dizia que tinha mais de 3000 agregados por realojar, a herança da CDU que de facto não é megalómana nesta matéria, nem sequer pelas palavras da própria CDU no poder é: não cumprimos o PER e volvidos 20 anos temos quase o dobro das famílias a necessitar de casa do que aquelas que tínhamos no início do programa. Bela herança Senhor Deputado Municipal José Lourenço. Eu acho que assim os almadenses realmente dizem: “ex pessoas a quem devemos de novo confiar o nosso futuro”.

Depois, há aqui uma coisa extraordinária que é: eu só faço uma pergunta, já varias vezes disse. Pode haver que haja documentos que tenham desaparecido, admito. Eu não vi, mas ouvi dizer que vários camiões saíram da



Câmara municipal. Eu pergunto, já que estavam tão preocupados com a Fonte da Telha, tanto a Pista de Atletismo como o Estádio Municipal, foram construídos em zona de Reserva Ecológica Nacional. Eu pergunto onde é que está o pedido. Onde é que está o pedido? Onde é que fizeram o pedido para o licenciamento? É uma curiosidade que eu tenho. Porque de facto, quando nós fizemos uma proposta e fizemos o pedido à CCDR, a resposta e eu tenho todo o gosto em enviar: “mas esse Estádio não está construído”, e nós dissemos “está, está, se quiserem a gente leva-vos lá”. “Não está porque está em Reserva Ecológica Nacional”. Portanto eu pergunto ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço que aliás, tinha responsabilidades na habitação na altura do PER, portanto, sabe certamente muito bem do que estou a falar, então já agora informe-nos onde estavam os pedidos de construção em zona Ecológica Nacional, é que podem se ter transviado. Agora a CCDR também não os tem.

O delírio, a mentira sistemática e repetida, não passa a ser verdade. Portanto, eu volto a dizer e digo-o com toda a clareza e até com o respeito que me merece, mas Senhor Deputado Municipal José Rocha, as declarações que fez sobre o 2º Torrão, são mentira. E, portanto, aqui chegados, é muito simples, sim senhor, toda a gente tem direito à sua opinião, à sua posição, a achar que podiam fazer muito melhor, eu mais uma vez e vão ouvi-lo sempre, se o Bloco de Esquerda acha que faz melhor, porque é que não assumiu as responsabilidades? Porque é que pôs as suas opções políticas à frente do interesse dos almadenses e dos habitantes do 2º Torrão? Que é aquilo que todos os autarcas fazem, que é, somos confrontados com a realidade e há um momento em que temos que ultrapassar inclusivamente as nossas divergências para nos dedicarmos ao bem dos almadenses, de todos os almadenses e não apenas daqueles que nos elegeram. O Bloco de Esquerda só funciona para aqueles que os elegeram.

Portanto, por isso, já por duas vezes, o Bloco de Esquerda se recusou a assumir qualquer responsabilidade na habitação. Porque é que será? Porque assim pode também aqui alimentar as realidades alternativas que pretende.

Portanto, com toda a frontalidade, o que os senhores disseram ontem, o que a Senhora Vereadora Joana Mortágua disse na Assembleia da República, é mentira. É mentira com todas as letras. E não foi a única, assim como os senhores advogados que lá estiveram também o disseram, assim como aquela associação que se diz associação de moradores, o que também é mentira, que se anunciou como associação de moradores o que também aí é mentira, também o disseram. Aliás, eu acho muito graça à palidez daqueles que se acham os arautos da defesa dos desfavorecidos.”

7.1.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou responder à Senhora Presidente uma vez mais, não queria tocar no assunto, mas a Senhora Presidente insiste com esse tom de irritabilidade e de indignação, eu vou tentar responder com mais serenidade do que aquela com a Senhora tem demonstrado para connosco.

O que a Senhora Presidente fez aquando da apresentação do relatório, de um mandato e meio, fez o relatório do que fez e do que está por fazer. Assim também eu. Enfim, brindou-nos com tudo assim de rajada e o que concluímos é que nesse mandato e meio foi muito menos o que fez do que aquilo que falta por fazer.

Obras para habitação social, muito pouco foi feito e, portanto, quase tudo por fazer e ficamos todos a ver a subida de preços da habitação sem que este executivo fizesse nada para que tal não acontecesse. Ou seja, ao fim de um mandato e meio, anunciado com pompa e circunstância, aumentaram e de que maneira, as dificuldades para quem quer viver em Almada, simplesmente porque a habitação está insuportável, o que isto nos diz é que, provavelmente andarás com as prioridades trocadas.

Dito isto, vamos lá então ao tema do 2º Torrão que a Senhora tanto gosta de debater aqui, que já foi tanto debatido, mas que a Senhora insiste em acusar o Bloco de Esquerda.

Vamos fazer um pequeno histórico para ver se a Senhora fixa e toma nota, porque era importante que a Senhora fixe para ver se o diálogo muda de uma vez por todas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Jornal O Almadense, em 30 de setembro de 2022, “Demolições avançam no 2º Torrão, mas ainda há famílias sem solução habitacional”, isto foi em julho esta notícia sai em setembro de 2022.

CNN em 6 de outubro de 2022, “Conceição tinha uma casa, no dia a seguir já não tinha, no outro voltou a ter. O realojamento atribulado dos moradores do 2º Torrão”.

RTP, no programa “Prova dos Factos”, em 14 de outubro de 2022. “O Bairro do 2º Torrão da Caparica, está a ser demolido por motivos de segurança, revelados no relatório de maio de 2022, mas a “Prova dos Factos” teve acesso a um documento de 2019, que já refere problemas na vala, que fica por baixo dessas casas clandestinas, foram necessários mais de dois anos para a Câmara Municipal de Almada agir, e os moradores não entendem porque não tiveram acesso a relatórios que denunciam o perigo para as vidas humanas”.

Jornal O Público, em 11 de outubro de 2022, eu sei que não gosta de ouvir, mas eu gostava que ouvisse, é importante que tome nota. “Amnistia Internacional, acusa Município de descoordenação, falta de empatia e inexistência de uma comunicação efetiva e transparente.”

SIC TV em 14 de outubro de 2022, “Demolição no Bairro em Almada, Autarquia admite que processo podia ter sido menos traumático”. Aqui pelo menos houve algum bom senso e algum reconhecimento, alguma humildade política para reconhecer que poderia ter sido menos traumático.” Várias famílias que foram obrigadas a sair por questões de segurança no Bairro do 2º Torrão, ainda não foram realojadas”. Estamos a falar em 14 de outubro de 2022.

7 de novembro de 2022, Agência Lusa, “Câmara Municipal de Almada tratou como objetos as pessoas do 2º Torrão, na Trafaria”.

E mais uma vez Senhora Presidente, em todas as nossas intervenções, quer em Reuniões de Câmara, quer em Sessões da Assembleia Municipal, para além das denúncias constantes da pressão e de chantagem que existiram efetivamente sobre estes moradores. As nossas críticas incidiram sempre no facto de que este processo de realojamento poderia e deveria ter sido feito atempadamente.

E a explicação é muito simples Senhora Presidente. A existência do tal relatório dos SMAS, que alertava para as condições de fragilidades estruturais da vala, de escoamento de águas pluviais e o consequente perigo que representava para as famílias que tinham as suas casas em cima da referida vala. E mantemos as mesmas críticas, exatamente as mesmas críticas. Este processo de realojamento foi iniciado tardiamente, foi malconduzido e as consequências foram terríveis para estas pessoas. O pânico, a angústia e o desespero, foi o que as pessoas sentiram na pele com a incerteza do que lhes iria acontecer.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores do executivo, Senhoras e Senhores Deputados, não se pode iniciar um processo de realojamento de tantos agregados familiares desta forma precipitada e atabalhoada.

Obrigar pessoas a saírem das suas casas onde residiam há tantos anos, desfazer abruptamente uma comunidade, afastar as crianças do meio em que sempre estiveram integradas, sem qualquer alternativa, amontoa-las em alojamentos locais, com péssimas condições e em parques de campismo e em casas sem condições que lhes permitisse a dignidade a que têm direito tal como esta no consagrado na Constituição da República Portuguesa, convenhamos, isto para estas pessoas, é de uma violência inaceitável.

E perante os factos, a indignação e a irritabilidade que manifesta com tanta frequência para com o Bloco de Esquerda, deve direcioná-las noutro sentido. Provavelmente para executivo que a Senhora lidera e que é o principal responsável, pela irresponsabilidade, incompetência, pela forma como este processo de realojamento foi conduzido.”

7.1.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só gostava de saber quando é que o Bloco de Esquerda falou com as pessoas realojadas, porque já agora seria uma bela lição para em relação ao dramatismo que o Senhor Deputado Municipal José Rocha aqui veio fazer.



Mas é verdade, pessoas bem realojadas, em casas dignas, com água, com luz, com saneamento, é algo que o Bloco de Esquerda não gosta.”

7.1.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não vamos alongar muito mais este debate, pelo menos por parte do CDS-PP, mas eu relembro e devo chamar a atenção que a Senhora Presidente está constantemente a falar ou da guerra, ou da inflação, para justificar realmente aquilo que não fez. Existe guerra pelo mundo inteiro, existe guerra na Europa, eu não vejo praticamente os outros Presidentes de Câmara, que têm as mesmas responsabilidades que a Senhora, queixarem-se. O que eu vejo é eles irem ao Governo e puxarem pelos seus munícipes, coisa que eu não veja à Senhora Presidente. E a Senhora Presidente não respondeu ainda. Aliás eu acho que ainda iremos se, entretanto, tivermos Ministro ainda das Infraestruturas, vamos à partida reunir com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e nós ontem não ouvimos qual é a posição da Câmara Municipal relativamente às portagens da Ponte 25 de Abril e relativamente ao Pórtico na A33. Portanto, ficamos sem resposta, mas isso, é verdade, não compete a Senhora Presidente não vai estar presente, deveria estar, deveria se calhar fazer algo pelos almadenses e nomeadamente sobre essa taxa que é imposta aos almadenses durante anos e anos e lutar ao lado dos almadenses, que acho só lhe ficava bem.

Depois relativamente à Fonte da Telha. Eu não disse que a Câmara Municipal não fez nada, nem poderia cair nessa ignorância, mas Senhora Presidente poderia ter feito muito mais, não fez porque não quer ou porque não sabe. Não sei, isso ainda é uma questão que temos que ver daqui a uns tempos.

Mas relativamente à Fonte da Telha, Senhora Presidente, eu quando falei, eu acho que fui claro, eu marquei aqui dois pontos distintos. Aquilo que a Senhora Presidente falou, salvo erro, foi antes de 2021, foram as intervenções que a Câmara Municipal fez. Depois de 2021 que intervenção é que fez na Fonte da Telha? Ou melhor, a Senhora Presidente costuma ir à Fonte da Telha? Não vai de certeza. Se vai não pode vir afirmar aquilo que afirmou. Eu vou à Fonte da Telha o que vejo é lixo, continuo a ver a degradação e a Senhora Presidente fala como se nada se passasse, mas fica na sua consciência.

O Metro à Costa da Caparica. Não sou eu que ando a anunciar, não sou fui eu que ganho eleições, mais uma vez com propaganda forjada, a apresentar o Metro à Costa da Caparica, com o Senhor Primeiro Ministro, vieram há um mês atrás fazer o mesmo papel.

Portanto, Senhora Presidente, se foi engana pelo anterior Ministro Pedro Matos Fernandes, nós não temos culpa. Portanto, Senhora Presidente, não quer ouvir, é a postura que a Presidente da Câmara Municipal de Almada tem, é esta a postura e acho Senhora Presidente que está a mais neste Concelho.”

7.1.2.9 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas e só para lhe reavivar a memória, porque parece que se esqueceu de muita coisa e se calhar é importante relembrar-lhe.

Eu acompanhei no terreno todo este processo, do primeiro ao último dia. Eu sei que a Senhora não gosta de ouvir e depois manda essas atoardas para o ar, pelos vistos, sem ouvir o que eu tenho para dizer. Mas vou lhe dizer o seguinte: numa das reuniões de Câmara, a nossa Vereadora Joana Mortágua que a Senhora tem atingido tão agradavelmente, desde que fez a sua intervenção, ainda bem que o faz, é sinal que somos uma oposição credível, a Senhora Presidente, questionada pela nossa Vereadora, sobre as condições do alojamento local em Campo de Ourique, alguém do executivo nos convidou para que visitássemos o alojamento local em Campo de Ourique, e veja bem, nós fomos lá. A primeira situação com que nos deparamos, aquilo era tão maravilhoso, e tão bom, tão digno como a Senhora Presidente diz, que a primeira coisa que nos disseram foi que não podíamos entrar, recusaram-se a nos deixar entrar, depois de alguma insistência da minha parte e da parte da Vereadora, conseguimos entrar nesse alojamento local. E então deixe-me dizer a dignidade com que as pessoas viviam naquele alojamento local e é bom que ouça com atenção, um piso com dez famílias, com uma casa de banho



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

comum, pessoas com 3 e 4 filhos, que tinham que preparar os filhos para irem para a escola e quando iam à casa de banho outra vez já estava ocupada como é normal. Um quarto com cinco pessoas com filhos adultos. Se isto são condições de dignidade para famílias, então não sei o que é que será indigno Senhora Presidente. Esta é a primeira questão que lhe queria dizer.

Depois, a Senhora foi ao 2º Torrão Senhora Presidente? É que nunca a vi lá, nunca a vi lá. Eu só a vi lá para pressionar as pessoas para deixarem aquelas casas, eu estive lá todos os dias, nunca a vi lá, eventualmente uma vez ou outra, poderá ter passado por lá, se calhar desencontramo-nos, foi azar. Mas deixe-me lhe dizer, o Senhor Vereador Filipe Pacheco eu vi-o lá e a Senhora vereadora Francisca Parreira, verdade seja dita, também lá esteve.

Agora deixe-me lhe dizer uma coisa, quando se inicia um processo de realojamento, a pressionar as pessoas que por uma situação de emergência têm que sair, quando não há alternativas, quando andam a telefonar e a contactar parques de campismo, alojamento local, para à pressa, de forma atabalhoada, tentar encontrar alojamento para as pessoas, a Senhora vem me dizer que este é um processo digno? Senhora Presidente, não faça de mim atrasado mental, porque eu não sou. Ou seja, não faça de mim burro porque eu não sou. A forma como a Senhora Presidente põe as coisas, dá a entender que os outros são parvos, mas eu felizmente não me considero parvo, Senhora Presidente. Portanto, responda como tem que responder, assuma o que tem que assumir, e mais uma vez lhe digo, humildade política ficar-lhe-ia muito bem Senhora Presidente, ao reconhecer que este processo foi muito mal conduzido por este executivo.”

7.1.2.10 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ou o Senhor Deputado Municipal José Rocha me viu no 2º Torrão ou não me viu no 2º Torrão. Não viu, mas viu-me ocasionalmente. E volto a dizer a primeira reunião no 2º Torrão foi presidida por mim. Portanto, eu penso que até há fotografias disso, se não as tem eu posso lhe mostrar. De facto, eu acho que todos os Senhores Deputados ou Senhores Vereadores foram convidados. Eu que não vos vi lá. Nesse dia não vi.

Portanto, a primeira reunião que desmente as mentiras sistemáticas que os Senhores estão a dizer, foi justamente a primeira reunião e se há coisa que eu não faço, terei muitos defeitos, mas se há coisa que eu não faço é, não me escondo e não tenho medo. Às vezes dizem-me que se calhar devia ser mais ponderada, mais calma, mas há coisas de facto, que me revoltam. E digo a minha indignação e não calarei a minha indignação, com a forma como o Bloco de Esquerda se tenta aproveitar da causa da habitação. Já foi assim com as ocupações, e agora é com o 2º Torrão.

Agora a minha pergunta era outra, e as pessoas ainda estão no alojamento local? Não. E os Senhores interessaram-se em saber onde é que elas estão? Não. Porque já não interessa. Portanto, sejamos claros. Portanto, não, não estão, ninguém ficou e o Bloco de Esquerda já não quer sequer saber se as pessoas estão bem instaladas. Já não lhe interessa. Portanto, que seja claro para os almadenses.

Senhor Deputado Municipal António Maco, quem decide se estou a mais ou não em Almada são os almadenses, até agora já por duas vezes recebi a confiança dos almadenses e digo-lhe é algo que muito me honra e que todos os dias lutamos todos, para estar à altura desta honra que nos deram.”

7.1.2.11 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No que se refere à intervenção do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, sobre o turismo e a declaração que a Câmara Municipal nada faz, parece que ignora que no Plano de Atividades para o ano de 2023, está a concessão e o desenvolvimento do Plano Estratégico para o Turismo do Concelho de Almada. Ignorar que a nível do turismo estão previstos para o corrente ano, desde o plano que já referi, mas também o procedimento concursal para a instalação de nova sinalética turística, a continuação da requalificação do Elevador Panorâmico da Boca do Vento, a participação em várias Feiras do Turismo, tendo em vista a promoção de Almada como destino turístico e captação de investimento, em pareceria com o Turismo de Portugal e a Entidade Regional do Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, além disso, continua-se a assegurar a realização de eventos de promoção turística como a Trafaria



com “Prova”, o concurso gastronómico “Sabores de Almada”, ou o Magusto que se faz junto ao Castelo de Almada, a realização de diversas iniciativas de dinamização do território através de passeios temáticos, visitas guiadas, animações de rua e em Coretos e jardins, a criação e revisão de conteúdos para as aplicações “Descubra Almada”, “Portugal por Dentro” e também para o site institucional da Câmara Municipal. Também se assegura a gestão de todos os processos inerentes ao processo de registo e vistoria das unidades de alojamento local.

Relativamente, à declaração que o Senhor Deputado Municipal do CHEGA fez no que se refere à governação da Câmara Municipal e o acordo existente entre o PS e o PSD, só o Senhor é que faz essa confusão. Pois os almadenses sabem e conhecem perfeitamente a atuação dos dois partidos da Câmara Municipal e respeitam as diferenças existentes entre os mesmos.”

7.1.2.12 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, vamos ver se nos entendemos, eu vou procurar responder com serenidade.

A Senhora Presidente está a dizer que nós nunca mais nos interessamos e que as pessoas neste momento têm uma casa digna. Eu volto a repetir aquilo que lhe disse na intervenção de ontem, nas intervenções anteriores na Assembleia Municipal, nas reuniões de Câmara e que ainda hoje repeti aqui.

A nossa crítica foi sempre o facto deste processo não ter sido iniciado quando devia, atempadamente, de forma a que se pudesse arranjar alternativa para aqueles moradores com condições dignas. Essa foi sempre a nossa principal crítica. A Senhora está a dizer que nós não nos interessamos, pois durante meses e meses, nós recebemos queixas de pessoas que foram para casas que não tinham gaz, não tinham água, que não tinham luz. Decorridos quase um ano do início deste processo a Senhora Presidente que as pessoas já têm todas casas. Nunca disse que neste momento pessoas não estão em casas dignas, acho que nunca disse isso aqui em nenhuma das minhas intervenções, quer ontem, quer hoje. Agora, a verdade é que há 5 famílias por realojar. Há pessoas que se queixam que estão em casas a quilómetros e quilómetros do sítio onde trabalham. Os filhos longe das escolas que frequentavam. Se isto tivesse sido feito atempadamente, com alternativas com deviam ter para que as pessoas tivessem casas dignas, seguramente que isto não teria acontecido.

Agora meses e meses a fio isto aconteceu. Portanto, a Senhora não me venha dizer mais uma vez que isto é mentira, porque quem está a mentir é a Senhora Presidente.”

7.1.2.13 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu relembro que, o mandato deste executivo já tem quase dois anos, portanto, foi aqui também informado relativamente aquilo que é previsto fazer na parte do turismo para Almada, e, portanto, aquilo que ouvimos aqui, mantemos a nossa posição, efetivamente, é comprovado que se é isto, a estratégia é muito pobrezinha.”

7.1.2.14 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, o Concelho de Almada foi governado durante 40 anos por Comunistas, Ecologistas, mulheres e homens sem filiação partidária, 9 maiorias absolutas e 2 maiorias relativas.

O povo de Almada, fez uma escolha livre, o povo de Almada não era conhecido como masoquista e tolo, isto quer dizer que avalisou o nosso trabalho. Fizemos tudo bem? Seguramente que não.

Desde outubro de 2017 que o tempo é vosso, do PS e do PSD. São os Senhores que têm de responder pelo que fazem e não fazem também perante esta Assembleia Municipal. Se a Senhora Presidente até ao fim do seu mandato, vai continuar a responder às questões e críticas que a CDU legitimamente lhe coloca, no mesmo registo que tem feito até ao momento, permita-me com todo o respeito, sugerir que grave a intervenção numa cassete, sejamos modernos, no seu telemóvel, e que em cada Assembleia a transmita, assim poupa a sua voz e também controla o tempo de intervenção já que tem dificuldade em o fazer.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.2.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação das propostas tendo-se obtido os seguintes resultados:

7.2.3.1 – A proposta sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2022”, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 13 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova o Relatório e Conta de Gerência da Wemob, E.M., S.A. relativos ao exercício de 2022, nos termos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 24 de abril de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-176-GP.

6.2.3.2 – A proposta sobre “Documento de Prestação de Contas de 2022 (SMAS)” foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN; 6 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 10 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova o Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2022, nos termos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 24 de abril de 2022, que aprovou a proposta nº 2023-177-GP.

6.2.3.1 – A proposta sobre “Relatório e Demonstrações Financeiras e Orçamentais – ano de 2022” foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 1 abstenção da eleita do PAN; 16 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra; 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP. através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova o Relatório e Demonstrações Financeiras e Orçamentais – ano de 2022, nos termos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, e do artigo 27º, nº 2, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

1 – Demonstrações Financeiras e Orçamentais do Município, constituídas por:

- a) Demonstrações Financeiras Individuais;*
- b) Demonstrações Orçamentais Individuais;*
- c) Relatório de Gestão.*

2 – Documentos relativos às entidades integradas na esfera do Grupo Autárquico (Agências Municipais):

- a) Relatório Anual e Contas do ano de 2022 da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada;*
- b) Relatório Anual e Contas do ano de 2022 da ARRIBATEJO – agência de Desenvolvimento Local;*
- c) Relatório Anual e Contas do ano de 2022 da NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local.*

nos precisos termos da deliberação de Câmara de 24 de abril de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-170-DF.

7.5 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda, relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2023, tendo sido retirada”;



7.6 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2023 e Anos Seguintes (SMAS)”;

7.6.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trata-se da 1ª Alteração Modificativa Orçamental de 2023, no âmbito daquilo que é o Saldo de Gerência disponível no valor de 1.750.000.00€ (um milhão setecentos e cinquenta mil euros) para reforço das rubricas das despesas correntes e de capital identificada nos respetivos mapas que acompanham a proposta.”

7.6.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN; 16 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova a 1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2023 e Anos Seguintes dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS), nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 24 de abril de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-178-GP.

7.7 – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências área da saúde – Proposta de assinatura de Auto de transferência”;

7.7.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.7.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Infelizmente a Senhora Vice-Presidente não pôde estar presente hoje e as minhas palavras nesta apresentação vão em particular para ela, mas para todos os serviços da Ação Social desde a Direção Municipal aos Departamentos, às Divisões e aos Técnicos, porque este foi um processo muito longo, houve uma sucessão de propostas de auto, acho que foi possível neste processo de preparação deste Auto, termos o diagnóstico quase ao milímetro daquilo que é de facto, a realidade dos equipamentos e das estruturas de saúde do nosso Município, e por isso é com esta proposta que foi muito escarpada, para a qual a preparação fez parte também do processo que foi revisto pela Associação Nacional de Municípios, mesmo depois da Associação Nacional de Municípios em termos concretos continuamos a insistir na clarificação de uma série de situações que nos pareciam menos claras, e, portanto, foi de facto, um trabalho muito árduo, muito minucioso, cumprindo tanto a Senhora Vice-Presidente com todos os serviços cumpriram de facto, o compromisso de que nós não assinaríamos sem ter uma consciência clara do que são os custos, sabendo nós naturalmente que por muito que a gente prepare, estas transferências podem acarretar surpresas depois na sua operacionalização, como tem acontecido noutros Municípios, mas estamos em crer até por experiência de outros Municípios, foi algo que foi feito de forma continuada, inclusivamente estas preparações foram feitas também até com Municípios vizinhos, em que os técnicos falavam, tanto para a saúde como para a Ação Social.

Importa lembrar que o nosso ACES é ACES/Almada Seixal, teve que haver aqui também uma articulação com a Câmara Municipal do Seixal, nem que seja para uma clarificação da gestão dos equipamentos e, portanto, nesse sentido o que os Senhores Deputados após a aprovação em reunião de Câmara da Minuta do Auto, têm convosco é de facto, esta proposta.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

As competências vou passar a lê-las de forma muito breve para quem nos está a ouvir. Do Município passa a ser: contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal, como sabem foi algo que desde o início do nosso mandato, definimos como prioritário e fizemos, no mandato anterior a prioridade era a saúde mental e criamos uma série de respostas de saúde mental que não existiam em Almada, é bom lembrar, com parecerias fundamentais seja na área de alzheimer, seja na área da pedopsiquiatria com a articulação não apenas com as grandes IPSS, com outras associações especializadas, com a deficiência, mas também com o Hospital Garcia de Orta. É mais um passo de algo que já estávamos a fazer é, em conjunto definirmos de facto, políticas de saúde a nível municipal, sendo certo que nós não contratamos nem médicos para os hospitais, nem para o ACES, para sermos claros sobre essa matéria.

Emitir parecer sobre a estratégia municipal de saúde; Emitir parecer sobre o planeamento da rede de unidades de cuidados de saúde primários; Propor o desenvolvimento de programas de promoção da saúde e prevenção da doença; Promover a troca de informações e cooperação entre as entidades representadas; (eu estou a ler as competências do Conselho Municipal de Saúde, que também é criado); Recomendar a adoção de medidas e apresentar propostas e sugestões sobre questões relativas à saúde; Analisar o funcionamento dos estabelecimentos de saúde integrados no processo de descentralização objeto do presente Decreto-Lei.

A primeira questão é esta criação do Conselho Municipal de Saúde. Depois temos a constituição também da Comissão de Acompanhamento e Monitorização, que também certamente será um elemento muito importante. A definição de uma estratégia municipal de saúde e naturalmente todo as competências que estão previstas em Lei, ao que se refere também no Auto.

Deixem-me que vos diga, devemos sempre retirar aspetos positivos de momentos muito difíceis e de crises.

A pandemia foi de facto, independentemente do que diga o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, a pandemia foi de facto, uma prova muito grande para todos nós autarcas, para além naturalmente, de todos os serviços públicos, isso já é evidente para todos. Na saúde, nas forças de segurança, Bombeiros, já para não falar na economia, no turismo, e tudo o que sofreu nessa altura.

Eu tenho um imenso orgulho até porque não dependeu de mim e se eu pude contribuir ainda bem, na forma como Almada, em tempo record, soube se articular. Nós reuníamos semanalmente, com todos os representantes, todas as entidades envolvidas, com todas as União de Freguesia e dar mais uma vez uma palavra de agradecimento e isso criou quer se queira, quer não, laços de confiança, de cumplicidade e de facto, é com esta confiança que encaramos esta nova etapa também da política municipal. Porque sabemos que não o faremos sozinhos, porque sabemos que todas as entidades que defendem o serviço público do nosso território, estão empenhadas em criar resposta que respondam aos problemas concretos dos almadenses. Como eu já disse, por isso no mandato anterior, o nosso foco era a saúde mental, este ano o nosso foco principal e os projetos já estão a correr, era a saúde oral e oftalmológica, e naturalmente agora com o processo de transferência de competências e com a criação destas comissões municipais, poderemos ir ainda mais longe nesta articulação. Já todos conhecem, a união faz a força. E quando nós temos que conseguir, criar cada vez mais e melhores respostas de saúde, para todos e neste caso para todas e todos os almadenses, que não sejam apenas a ida ao hospital, que nós sabemos todos a sobrecarga que o hospital tem, que possa complementar as respostas dos centros de saúde, a vários níveis e por isso dado a iniciativa de o Partido Socialista na União de Freguesias do Feijó, sempre que possamos criar mais saúde, mais contacto com o cidadão, eu devo dizer, são as próprias autoridades de saúde que agradecem. Porque nós sabemos, não é a única causa certamente, mas também sabemos que, por exemplo, às urgências dos hospitais só fossem as reais urgências, os hospitais estariam muito menos sobrecarregados do que estão. Isso não resolve a falta de profissionais, não vamos confundir as coisas. Se nós conseguirmos criar respostas de proximidade, é todo o sistema, é todo o Serviço Nacional de Saúde que beneficia.

E ficaria por aqui dizendo que, a Câmara Municipal após este longo trabalho, sente-se naturalmente, com confiança porque tem a seu lado gente extraordinária, de imenso mérito e de imensa generosidade e que de facto, acreditam que se pode fazer e melhor ainda, fazem todos os dias."



7.7.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Joaquim Miguel Judas e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.7.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É conhecida a posição da CDU sobre esta matéria. Naturalmente que a preocupação sobre a evolução da resposta dos serviços de saúde às necessidades da população é grande. São conhecidas as dificuldades e os problemas e durante algum tempo foi propalada a ideia de que, através da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, num conjunto de responsabilidades, que a coisas melhorariam. A ideia que temos é de que a transferência de competências no quadro da proposta que o Governo avançou, não é aquela que os portugueses necessitam, ela pode levar à desarticulação do Serviço Nacional de Saúde e à redução da coesão territorial e populacional de que o país necessita, incrementando desigualdades que passarão a existir mais em função da capacidade de investimento dos Municípios, do que da responsabilidades constitucionais que o Governo tem em assegurar que de forma igual, todos os portugueses tenham acesso aos serviços de saúde.

A forma como tem decorrido o processo, lamentamos dizê-lo, mas tem-nos dado razão na perspetiva que nós temos. E aquilo que se passa é que em termos concretos, esta transferência de competências representa a transferência para as autarquias, da responsabilidade de assegurarem a manutenção dos centros de saúde e dos seus equipamentos, não médicos, e também a responsabilidade de se pronunciarem sobre um conjunto de coisas, designadamente, sobre a construção de novos centros de saúde, de uma forma naturalmente mais clara e institucionalizada, vamos por assim dizer. E essa responsabilidade naturalmente, tem que ser acompanhada das respetivas verbas, para que se possam concretizar. E aquilo a que assistimos, é que o Governo desde o início disse, que a verba que transferia para as autarquias seria aquela que gastou no ano anterior à transferência de competências. E nós sabemos, até pelas relações que vamos tendo com a ARS, que de há vários anos a esta parte, nem sequer nos vamos limitar aos últimos Governos, de há muito tempo, aquilo que tem sido o investimento das Administrações Regionais de Saúde, pelo menos falando da Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, nos cuidados de saúde primários tem ficado muito aquém das necessidades. Tanto assim que, por diversas ocasiões, até os centros de saúde têm sido construídos por iniciativa das autarquias, e mesmo alguns que o Estado surge como financiador, uma parte significativa desse financiamento ainda teve que ser assumido por autarquias através de um processo de negociação.

Portanto, o risco que nós temos, é que aquela condição essencial para que consigamos captar profissionais para o Serviço Nacional de Saúde e para darmos conforto aos nossos munícipes, essas condições essenciais possam não ser satisfeitas, com a responsabilidade da Câmara Municipal. Porque o passado mantém-se lá, está lá, como é obvio, as situações nalguns casos degradantes dos centros de saúde com 3 andares sem elevador que existem em vários lados e outras situações semelhantes, ficam por resolver e ficam sob a responsabilidade das autarquias e os profissionais ficam sem as condições de trabalho que é necessário garantir para que eles gostem e se interessem por trabalhar no Serviço Nacional de Saúde.

A proposta que aqui nos é trazida, consta de um conjunto de documentos, o texto da Lei 50/2018 que regula de uma forma geral esta matéria, um texto da Lei 23/2019, a legislação que nos foi colocada na pasta não é a legislação que está em vigor, é uma legislação caduca porque a legislação que está em vigor e que entrou em vigor em dezembro de 2022, integra um conjunto de propostas que foram feitas pela Associação Nacional de Municípios Portugueses e que resulta da negociação feita nesse âmbito e portanto, não consta do documento que nos foi entregue, e no qual por exemplo, é transferida ou melhor, é atribuída às autarquias, uma responsabilidade que tem importância, até porque isso já foi objeto de uma moção que foi aprovada pela maioria da Assembleia Municipal, embora com o voto contra do Partido Socialista, relacionada com a definição dos horários dos centros de saúde. Um daqueles aspetos positivos que naturalmente podem resultar desta alteração.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Consta também dos documentos o designar processo PAC 29/2022, que regista os procedimentos relativos à análise das versões da Minuta do Auto de Transferência. Lamentamos dizer, que esse documento consta duas páginas, no fundo não é mais do que o processo de movimentação de documentos e nada lá nos é dito sobre os esclarecimentos que foi possível obter do Ministério da Saúde ou da Administração Regional de Saúde sobre estas matérias. Consta o Auto de Transferência com respetivos anexos.

Não foi dito aqui, que dessa legislação que há pouco referi, constam 3 pontos que o Governo não cumpriu até agora. O Governo devia ter determinado até ao final de dezembro de 2022, quais são os critérios de definição do número de assistentes operacionais a atribuir aos centros de saúde, não o fez. Devia até ao dia 31 de março, ter definido quais são as cotas de veículos que os centros de saúde devem ter, não o fez. E também até ao dia 31 de março devia ter definido qual era o mapeamento das novas unidades de saúde que deviam ser construídas e das obras que deviam ser feitas de reparação e não o fez. O Governo com o qual nós vamos assinar este documento, não cumpriu até agora, aspetos do ponto de vista legal que estava na obrigação de fazer cumprir.

Portanto, não temos outra condição senão votar contra a proposta.”

7.7.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero só deixar claro, porque uma coisa é os técnicos, técnicos operacionais exatamente como aconteceu na transferência de competências da educação, mas não cabe ao Município a contratação de médicos, nem de pessoal de saúde. Portanto, nos termos em que está e para além de que ainda está em curso outra reformulação que é possibilidade da criação de unidades locais de saúde e eu penso que o Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas sabe bem, que são várias reformulações que estão neste momento a ser pensadas e o que é transferido para o Município não apenas está nos anexos todos, como também está a garantia que isso foi das questões mais complicadas que apresente todos os contratos enquanto o Município não tiver acabado, não tiver finalizado o lançamento dos novos concursos, as verbas são asseguradas pelo Ministério.”

7.7.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP; 13 votos contra sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Auto de Transferência de competências área da saúde, nos precisos termos da deliberação camarária de 27 de março, que aprovou a proposta nº 2023-139-DIS.

7.8 – Entrou-se no ponto 3.8 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concurso Público de concessão de exploração de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na Avenida 23 de Julho, Laranjeiro”;

7.8.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira;

7.8.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta é uma proposta já aprovada em reunião de Câmara, que vem ao órgão fiscalizador. Aquilo que se pretende em concreto e ela está à disposição dos Senhores Deputados Municipais, é solicitar a autorização da Assembleia Municipal para a abertura do procedimento pré contratual e fixação das respetivas condições gerais, nos termos do programa e caderno de encargos que estão anexos à proposta e que dela fazem parte integrante,



destinada a celebração do contrato de concessão de exploração de uma parcela do domínio público municipal com uma área de 1537,20 m², localizada na Avenida 23 de Julho, na Freguesia do Laranjeiro destinada a posto de abastecimento de combustíveis.

Dar aqui alguns esclarecimentos complementares, dizendo naturalmente, aos Senhores Deputados Municipais, que realço o âmbito desta proposta, aquilo que está considerado no ponto 3: "Para efeitos de determinação do preço base do procedimento, dada a dificuldade objetiva em estimar os pressupostos para o efeito, nos termos previstos no artigo 410º-A, do Código dos Contratos Públicos, toma-se por analogia, o previsto no nº 7, do artigo 17º do CCP, isto é, aquele que é o preço que está subjacente ao preço base, é a media do valor das concessões acima identificadas para 4 estações de serviço indicadas, ou seja, 4.676.235,25€ (quatro milhões seiscientos e setenta e seis mil duzentos e trinta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos)."

Considerando também que o procedimento concorrencial de concurso público se revela adequado e em concordância com o Código dos Contratos Públicos.

Estou naturalmente disponível para as considerações que entendam relativamente a esta matéria, esta proposta está aqui em discussão."

7.8.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) usou da palavra para apresentar uma proposta do Grupo Municipal da CDU (anexo 1);

7.8.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Julgamos que não é necessário apresentar a proposta, ela está distribuída, estão assinaladas as alterações, no essencial a alteração que a CDU propõe é apenas ao nível do valor base do concurso público a lançar, uma diferença à volta de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros), é o essencial. O resto são questões mais ou menos acessórias.

Portanto, ela está distribuída e dispensaríamos a apresentação."

7.8.3 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Daniel Silva (PS), a Senhora Vereadora Francisca Parreira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.8.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não posso deixar de estranhar de repente a descrição da CDU, sobre essa proposta que já nem sequer a quer apresentar. Mas como já tivemos duas reuniões de Câmara sobre essa proposta, eu acho que o mínimo que a CDU poderia fazer era repetir os argumentos que foram apresentados. Porque na reunião de Câmara acusaram-nos das piores vilanias como é habitual e nomeadamente, de violar o interesse público. Portanto, eu estou certa que todos os almadenses estão ansiosos de voltar a ouvir a CDU aqui na Assembleia Municipal, explicar as suas razões e a sua defesa do interesse público e explicar como nós Partido Socialista e PSD, sistematicamente, não defendemos o interesse público, até nem que seja para a Câmara ter o prazer de vos responder."

7.8.3.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara, a Senhora tem que perceber de uma vez por todas que nós estamos na Assembleia Municipal, nós não estamos noutro sítio qualquer, nós estamos na Assembleia Municipal. A Senhora não decide e muito menos tem qualquer prerrogativa, de sequer sugerir, o que é que a CDU apresentou ou deixa de apresentar. Quem decide o que é que a CDU apresentou ou deixar de apresentar é a CDU, e a Senhora tem que perceber isso de uma vez por todas. Só lhe fica bem."



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.8.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dado que a CDU quer que seja um documento votado sem o apresentar e está no seu legítimo direito, se me permitir eu passaria a palavra à Senhora Vereadora Francisca Parreira, e depois qualquer justificação que seja a dar. Porque nós contrariamente à CDU não temos uma atitude na Câmara Municipal e outra na Assembleia Municipal. Tanto na Assembleia Municipal como na Câmara defendemos com as mesmas convicções e interrogamo-nos quando a CDU levanta questões tão graves como aquelas que levantou, vamos nos informar. E normalmente como muitas vezes acontece, quando nos vamos informar temos surpresas e são surpresas que gostamos de partilhar, nem que seja para percebermos todos como é que a CDU funciona.”

7.8.3.4 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu creio que quem nos ouve a partir de casa e que está aqui presente, fica um pouco sem perceber atenta a não apresentação da contraproposta da CDU, o que é que temos aqui em consideração de um lado e de outro em termos da proposta, quer apresentada pela CDU, quer pelo executivo camarário. E se me permitir Senhor Presidente, eu passaria a explicar.

Na sequência da proposta apresentada pelo Gabinete de Apoio aos Vereadores eleitos pela CDU, para a alteração do modo de cálculo do valor base do procedimento, verificou-se que atente o facto estarmos perante 3 procedimentos, mais 4 postos de abastecimento, a aplicar-se a média dos 2 últimos procedimentos que era o que se pretendia, referentes a 3 postos de abastecimento, daria um valor base de 4.550.233,33€ (quatro milhões quinhentos e cinquenta mil duzentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos), inferior ao inicialmente inserido na nossa proposta.

Como a mesma lógica de raciocínio o valor posto anteriormente ao abrigo da proposta que foi inicialmente a reunião de Câmara, foram considerados os valores dos 3 últimos procedimentos, dividindo o total obtido por 4 o número de postos de abastecimento.

Assim considerando que área do posto de abastecimento é aquela que já referi, 1537,20 m², sendo, portanto, inferior a qualquer uma das áreas totais anteriormente colocadas a concurso, apresentar um valor base 6.825.350.00€ (seis milhões oitocentos e vinte cinco mil trezentos e cinquenta euros) conforme sugerido pelo Gabinete da Vereação da CDU, poderia eventualmente, aumentar o risco de o concurso ficar deserto por ausência de proposta.

Acresce ainda, e estas são considerações meramente técnicas que foram aduzidas para não se apresentar ou não se aceitar, a proposta da CDU.

O mercado atento à conjuntura económica do momento, da abertura de procedimento responderá com o valor correspondente ao mais elevado, que se mostrar rentável para o operador económico, atente o risco de eventual melhor proposta de outro operador económico, num princípio de sã concorrência. Deixar claro, que não compete ao Município de Almada, nem à Câmara Municipal nem ao executivo camarário, entrar neste domínio da concorrência que é sã e deve ser restrita aos próprios operadores.

Mais se refere que o critério, volto a dizer, de recurso foi o artigo 17º, nº 7 do CCP, para definição do valor do contrato que consubstancia apenas, a necessidade de se recorrer a um critério objetivo legal, não definindo o legislador, o número de procedimentos anteriores a ter em consideração no cálculo da média, nem tão pouco o limite temporal a considerar para inclusão dos mesmos, no cálculo efetuado.

Isto para deixar claro, que a proposta que foi apresentada na primeira reunião de Câmara e que foi sujeita a votação a todos os Senhores/as Vereadores/as, é uma proposta séria e que consubstancia aquilo que naturalmente é a leitura e a aplicação estrita da Lei. Atento o interesse municipal e dito isto, direi que com esta



proposta fica salvaguardado o interesse municipal. Mas de qualquer maneira, é bom também aqui dar alguma informação, que eu considero que não me devo expender muito nessas considerações, que essas não são as relevantes. As relevantes, são efetivamente estas, a da aplicação estrita da Lei e do interesse municipal, que é dizer que, tivemos alguma dificuldade em elaborar esta proposta e em regularizar definitivamente a exploração deste posto de abastecimento. E é nesse sentido que a proposta vem aqui, para que haja definitivamente um título de ocupação e uma licença de exploração que responde a um verdadeiro tipo de ocupação.”

7.8.3.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Lamentavelmente, mas é uma questão recorrente nestas Sessões a Senhora Presidente e também a Senhora Vereadora Francisca Parreira não me ouviram na primeira intervenção, porque eu apresentei a proposta da CDU. Embora tenha dito, que efetivamente, dispensaria a apresentação, eu apresentei-a, mas vou apresentá-la para descansar a Senhora Presidente.

Mas antes dizer o seguinte: se a Senhora Vereadora Francisca Parreira diz que a Lei não determina qual é o número de contratos anteriores que deve ser considerado, a Senhora Vereadora Francisca Parreira não tem legitimidade nenhuma para considerar a proposta que apresenta como legítima e a proposta que apresentamos com não legítima. Porque a diferença que há entre a CDU e o PS, é que a CDU propõe que se considerem dois concursos, e o PS propõe que se considerem 3 concursos. Portanto se a Lei não define, são ambas legítimas.

Mas o que é que a CDU propõe? A CDU propõe:

Considerando a localização privilegiada desta concessão, no centro da Freguesia do Laranjeiro, não tendo concorrência num raio de vários quilómetros, estando instalada em via estruturante da ligação entre Concelhos, servindo uma população de dezenas de milhares de residentes e outros utentes, e sendo o único posto de abastecimento de combustíveis da Freguesia do Laranjeiro.

A proposta que a Câmara Municipal nos apresenta não considera estes critérios como fatores importantes para a determinação do preço base do concurso, mas a CDU propõe mais:

Considerando a preferência prevista na Lei relativamente a uma media estabelecida em função de anteriores adjudicações do mesmo tipo, considerando o valor da última adjudicação, em 2020, para o posto de abastecimento de combustíveis na Quinta da Alembração, Feijó, por 7.534.600,00€ (sete milhões quinhentos e trinta e quatro mil e seiscentos euros), e considerando ainda a adjudicação anterior a esta, em 2010, referente a concessão de postos de abastecimento de combustível na Av. Bento Gonçalves em Almada, por 6.116.100,00€ (seis milhões cento e dezasseis mil e cem euros), (em ambos os casos considerando o coeficiente de desvalorização da moeda).

E depois continua a proposta que a Câmara Municipal nos apresentou. Com a diferença de que o valor que nós propomos é que 6.825.350,00€ (seis milhões oitocentos e vinte e cinco mil e trezentos e cinquenta euros) e não os 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros) que a Câmara Municipal propõe.

Porque é que apresentamos esta proposta alternativa? Porque pensamos que esta proposta alternativa defende melhor os interesses do Município e defende melhor os interesses dos almadenses. É tão simples quanto isso, porque os valores de adjudicação dos concursos anteriores, apontam no sentido deste valor.”

7.8.3.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando a situação local, considerando o interesse, considerando a importância, considerando as palavras do Senhor Vereador, o interesse público, a minha pergunta é: quando é que houve um concurso para a concessão do posto de abastecimento que está lá a funcionar? Recordam-se? Penso que todos estão recordados que a CDU dirigia a Câmara Municipal de Almada e não foi preciso o PS e PSD assumirem pelouros para a CDU saber o que era o interesse público.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Acontece que em 2015, é a própria Petrogal, que solicita o desenvolvimento de um processo de licenciamento sem a apresentação do respetivo título por ser o Município de Almada detentora legítima da propriedade do espaço em causa. Portanto, até 2015, e isto já remonta há muitos mais anos, a Petrogal estava lá sem nada. E o que é que aconteceu? Aconteceu que a Câmara Municipal de Almada, assinado pelos Vereadores da então, decide sem concurso, atribuir uma licença de ocupação do espaço público, a troco do quê? De taxas, não é uma taxa de ocupação de espaço público, como devem imaginar estamos a falar de muitos, muitos milhões a menos do que aqueles que agora a CDU está tão preocupada. Sendo uma coisa extraordinária, é que não só atribui o posto à Petrogal, sem concurso e por uma ocupação de espaço público, como nem sequer cobra essa ocupação de espaço público, sendo que é a própria Galp que nos vem dizer que não têm registo nenhum de pagamento. Começam por atribuir por vinte anos, tal como estão a propor aqui, mas não contentes com isso, uns meses depois decidem atribuir algo eterno, sem prazos. E, portanto, é a mesma CDU que agora vêm defender o interesse público dos almadenses, as contas transparentes, e que estão tão conscientes do valor intrínseco, e agradeço à Senhora Vereadora Francisca Parreira, ter explicado que mesmo tecnicamente, se usássemos o valor, pelo número de postos de abastecimento, porque não basta determinar um valor, é preciso fazer um estudo, um estudo de mercado, tem que se fundamentar um preço e se o usássemos, pois o valor ficaria abaixo, mas mesmo assim a CDU que decidiu acenar uma bandeira a dizer que defendem o interesse público. A minha pergunta é: se nós de facto não tivéssemos dado pelo facto, que faltava um pequeno detalhe que era um concurso até quando é que os senhores iam conviver com uma ocupação de espaço público algo eterno a título gratuito por parte da Petrogal? É uma pequena pergunta que eu deixo aos almadenses. E assim se vê a seriedade da CDU nestas Assembleias e também na Câmara Municipal.”

7.8.3.7 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara, dirijo-me a si desta vez com alguma bonomia para lhe dizer que as suas intervenções cada vez mais me lembram “Os Gato Fedorento”, lembra-se de “Os Gato Fedorento”? É que a Senhora fala, fala, fala, é a CDU para aqui, são os 40 anos para ali, agora assumir as suas responsabilidades e fazer aquilo para que foi eleita, que é resolver os problemas dos almadenses, a gente vê pouco. Vê sistematicamente fugas a essas responsabilidades. E por isso fala, fala, fala, consequência, quase nenhuma.

Queria lhe deixar aqui um conselho franco, aberto, deixe lá esse muro de lamentações permanente em que vive que tanto a atormenta. Dedique-se a resolver os problemas dos almadenses, foi para isso que foi eleita e preocupe-se com aquilo que são as ambições e aquilo que são as justas e legítimas ambições dos almadenses. Fará seguramente, muito melhor trabalho.”

7.8.3.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Gerales, é certamente muito menos talentoso que o Ricardo Araújo Pereira, eu acho que ninguém se irá opor às minhas palavras. Mas dito isto eu levo a sério as suas palavras, e a pergunta que eu lhe deixo não é falar, falar, falar, é que esta questão, como é que a CDU conscientemente, como é que o anterior executivo, conscientemente, decide atribuir a título gratuito à Galp a ocupação daquele espaço, garanto-lhe que não há um único almadense que não saiba que nós estamos a defender os seus interesses. E, portanto, isto que nós viemos a descobrir graças aos senhores, porque nós apenas nos estávamos a limitar a lançar um concurso com toda a transparência, agradeço o alerta que nos fazem e posso garantir que os interesses dos almadenses serão prosseguidos até à última instância, porque quem deve explicações sobre essa história, esta história que acabo de relatar, estas assinaturas que eu tenho aqui, esta atribuição de licença a troco de zero, não somos nós, são os Senhores.”



7.8.3.9 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, não tenha ilusões, a CDU só tem uma cara e tem a cabeça bem erguida. E se fez mal no passado, está pronta para assumir os erros que cometeu no passado, não tem nenhum problema relativamente a isso. Agora, a Senhora tem que resolver os problemas de hoje, a Senhora é que tem a responsabilidade para resolver os problemas de hoje. Portanto, deixe-se o muro de lamentações em que vive, porque tem mais trabalho do que seguramente lamentar-se junto do muro que criou à sua volta e que parece que não é capaz de ultrapassar.”

7.8.3.10 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este assunto que nos traz hoje o executivo municipal é um assunto bastante sério, e permitam-me recuperar aqui aquilo que foi dito pelo Deputado Municipal João Gerales, sobre a questão do “Gato Fedorento”, e buscar aqui uma questão que é: é porque é jovem, isto a propósito do ataque que fizeram nem ao meu camarada João Eixa, mas a verdade é que é preciso explicar com clareza, aquilo que foi feito até 2015. E a verdade é que não explicam. E agora, a Câmara Municipal está a regularizar a situação, está a procurar uma solução para dignificar aquele espaço, retribuindo valor ao Município e aos almadenses, e é isso que é aqui hoje debatido. E por isso, caro Deputado Municipal, acho que aqui não é um muro de lamentações, é um muro sim, de construção e os almadenses veem as melhorias no dia a dia em várias fases do Município, em Cacilhas e outras, mas este não é o ponto. Agora, realmente, sobre este assunto, está-se a regularizar um assunto que já devia ter sido regularizado.”

7.8.4 - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo sido rejeitada com 20 votos contra, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 4 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP; 13 votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

7.8.5 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta da Câmara Municipal, sendo a proposta aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 4 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP; 13 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal nos termos da alínea p), do nº 1, do artigo 25º, anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a abertura do procedimento pré-contratual e fixação das respetivas condições gerais, nos termos do programa e o caderno de encargos, destinado à celebração de um contrato de Concessão de Exploração da parcela de domínio público municipal com área de 1.537,20m², localizada na Avenida 23 de Julho, na freguesia do Laranjeiro, destinada a Posto de Abastecimento de Combustíveis, nos precisos termos da deliberação camarária de 6 de fevereiro, que aprovou a proposta nº 2022-700-DPAT.

7.9 – Entrou-se no ponto 3.9 da agenda, relativo à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais Domésticas e Industriais”.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.9.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.9.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O atual Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais, data de 2011. Desde então, já existiram diversas alterações legislativas que impõem a adequação dos normativos municipais. O anteprojeto de Regulamento de Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais, foi submetido e aprovado pela Câmara Municipal de Almada, na reunião de 21 de novembro de 2022, mediante a proposta 627/2022, e esteve em consulta pública, não tendo merecido quaisquer contributos.

Tendo sido submetido a parecer da ERSAR ao abrigo do artigo 11º, nº 4, alínea b), do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto, o projeto de regulamento, ora proposto, incorporou todas as sugestões de melhorias efetuadas, neste caso apenas pela ERSAR.

Compete naturalmente, ao Conselho de Administração dos SMAS de Almada, nos termos da alínea f), do artigo 13º, da Lei 50/2012, aprovar os regulamentos respeitantes à sua atividade e submete-los à deliberação da Câmara Municipal.

Na reunião de 4 de abril de 2023, o Conselho de Administração dos SMAS de Almada, deliberou aprovar o projeto de Regulamento de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais Domésticas e Industriais, anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante e submete-la a deliberação da Câmara Municipal, o que aconteceu e pelo que se remete agora para a Assembleia Municipal, que tem competências ao nível dos regulamentos quando tem eficácia externa, e assim vos trazemos aqui a proposta de regulamento onde foram de facto, inseridas todas as sugestões feitas pela Entidade Reguladora.”

7.9.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU).

7.9.2.1 O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No momento da discussão da proposta de anteprojeto deste regulamento, colocado a discussão pública por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião de 21 de novembro de 2022, a CDU através dos seus Vereadores, teve a oportunidade de expressar algumas reservas de fundo relativamente a alguns aspetos consagrados no texto proposto.

As duas questões mais significativas e graves que esta proposta de regulamento incorporam, prendem-se em primeiro lugar, com a clara intenção de atar o regulamento aos princípios neoliberais do utilizador/pagador, e do poluidor/pagador, alíneas g e h), do artigo 7º, impondo uma perspetiva de gestão puramente economicista e desligada de concessões e preocupações de natureza social.

Esta proposta de regulamento, integra igualmente uma subtil, mas bem concreta, alteração do conceito continuidade dos serviços prestados às populações, que no regulamento em vigor são assegurados de forma contínua passando nesta proposta de regulamento, a dever ser assegurados de forma contínua, artigo 11º.

Abre-se assim, sub-repticiamente e pela calada, a possibilidade concreta de interrupção dos serviços públicos prestados pelo Município por razões outras que não as de emergência como atualmente previsto, incluindo evidentemente, razões discricionárias e de mera gestão que os serviços entendam adotar.

Ainda que se refira expressamente, que a Entidade Titular e Gestora dos Serviços Municipais de Abastecimento de Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais Domésticas e Industriais é o Município, o texto desta proposta de regulamento não consagra de forma expressa e inequívoca, o princípio para a CDU absolutamente essencial e decisivo, da manutenção destes serviços na esfera pública municipal.



Todos estes aspetos que referimos são suficientemente importantes e graves, para justificar por si mesmos, a rejeição de uma proposta de regulamento, que a CDU considera que faz regredir as garantias de um serviço público de qualidade e de excelência público municipal, como temos tido em Almada até ao presente.

Acrescendo a estes aspetos centrais e de natureza política, não podemos deixar de referir ainda algumas questões de natureza formal, que na opinião da CDU marcam também negativamente o processo que conduziu até este momento em que discutimos esta proposta de regulamento.

Aqueles aspetos somam-se agora dúvidas relativamente à transparência do processo, designadamente pela mais absoluta ausência de informação sobre o conteúdo do parecer da Entidade Reguladora do Setor da Água a ERSAR, que terá sido emitido sobre esta proposta de regulamento, um parecer que não foi distribuído na documentação que suporta esta proposta da Câmara Municipal, nem mesmo após os Vereadores eleitos pela CDU, suscitarem esta questão em sede da reunião da Câmara Municipal, bem como igual ausência de qualquer relatório da consulta pública realizada.

Ainda que a proposta da Câmara Municipal refira não ter sido recebido qualquer contributo no âmbito da consulta pública, essa realidade não dispensa naturalmente, a elaboração e distribuição de um relatório da consulta pública, onde essa ausência de contributos seja objetivamente refletida.

Acresce que ainda na proposta da Câmara Municipal, se refere expressamente, que entre o anteprojeto de regulamento e o texto agora submetido a deliberação, foram introduzidas alterações ao texto inicial, umas resultantes do tal parecer da ERSAR, que desconhecemos, outras com origem em contributos dos serviços dos próprios SMAS, destinadas, refere-se, a adequar o texto do regulamento à realidade dos SMAS. Uma referência e uma razão estranhas, dizemos nós, por quanto o texto inicial terá sido elaborado pelos serviços dos SMAS. Ou será que não foi? E também porque não é compreensível, que os serviços façam integrar contributos que alteram o texto aprovado pela Câmara Municipal, fora do processo de consulta pública, que como já vimos não recolheu qualquer contributo.

A conclusão legítima que retiramos, é a de que esta Assembleia Municipal estará a discutir e irá votar, documentos cujo conteúdo não corresponde com exatidão, aquele que foi votado pela Câmara Municipal, enquanto anteprojeto. E colocado de seguida em consulta pública, mas cujas diferenças que resultam das alterações introduzidas não são conhecidas, e por isso não são escorcináveis.

Entendemos que este é um procedimento incorreto e indevido, e naturalmente não o podemos aceitar.

Neste quadro e pelas razões expostas, o Grupo Municipal da CDU irá votar contra esta proposta de regulamento.”

7.9.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN; 6 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PPP; 10 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o projeto de Regulamento do Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais Domésticas e Industriais, nos precisos termos da deliberação camarária de 17 de abril, que aprovou a proposta nº 2023-160-GP.

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 11H30, deu-se por concluída a Terceira Reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, dos/as Vereadores/as Senhores/as Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Débora Rodrigues, Gabriel Machado da Rosa, Lina Gonzalez, Helena Azinheira, Mara Rita Silva Martins, Nelson José Vieira, Catarina Pé-Curto e Jefferson Oliveira.

10 – Foi verificada a presença de cerca de quinze munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA